

LETRAMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

SIQUEIRA, Maria Aparecida dos Santos¹

MIRANDA, Maria Geralda de²

Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

educadora1610@hotmail.com

mariamiranda@globo.com

Resumo: Na história da humanidade, desde o surgimento da divisão social do trabalho, pela primeira vez, com o advento do capitalismo, tem-se um sistema em que a mobilidade social é permitida e apregoada. No entanto, como este sistema é piramidal, os movimentos de mobilidade acontecem nas mais diversas direções de sua estrutura, tanto alguém podem subir como descer nas classes sociais sem modificar a natureza do sistema. A ascensão social acontece a altos custos para os mais frágeis socialmente, principalmente porque para a sua sustentação, tal sistema desenvolve permanentemente uma multidão de excluídos sociais. Esta parcela da população convive com a invisibilidade e a imanência da pobreza, além de se deparar com os estigmas que lhes são impostos e com os espaços sociais que lhes são reservados. O presente trabalho tem como objetivo discutir a inclusão social, a partir de projetos voltados para o letramento em comunidades carentes. Para tanto, serão discutidos conceitos como letramento, alfabetização, educação formal e educação não formal. E, por fim, será relatada a experiência do projeto “LETRAGUIA: Educação não formal com vistas á gestão de projetos de geração de renda em comunidades”.

Palavras Chave: Educação formal, Educação não formal Letramento, Inclusão Social.

O Brasil, até o presente momento, ainda vem enfrentando o problema do analfabetismo, problema que se arrasta durante anos. De acordo com o (MEC/INEP, 2001) cerca de 980.000 crianças na 4ª série do ensino fundamental não sabem ler, e mais de 1.600 são capazes de ler apenas frases simples. Diante disso, surgem duas perguntas: O que significa ser analfabeto? O que significa ser letrado?

¹ Aluna do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Desenvolvimento Local da UNISUAM.

² Docente do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Desenvolvimento Local da UNISUAM e Líder do Grupo de Pesquisa Diretório CNPq Estudos Contemporâneos da Linguagem: Questões socioculturais e discursivas.

Segundo o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (1988, p. 28), “analfabeto é o que não sabe ler e escrever, ou seja, é o que vive no estado ou condição de quem não sabe ler e escrever”. Paulo Freire (2001, p.76), por seu turno, pontua que “ser alfabetizado é tornar-se capaz de usar a leitura e a escrita como meio de tomar consciência da realidade e de transformá-la.”

Magda Soares, em *Letramento: um tema em três gêneros* (2010, p. 40) faz uma distinção entre alfabetização e letramento. Para a estudiosa,

o indivíduo alfabetizado é aquele que sabe ler e escrever, entretanto, não é necessariamente um indivíduo letrado. Já o indivíduo letrado não é só aquele que sabe ler e escrever, mas que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita”. (SOARES, 2010, p. 40).

A partir das considerações de Magda Soares e Paulo Freire, percebemos que o letramento pode “libertar” o indivíduo de suas amarras ou agruras sociais, na medida em que este passa a fazer os usos sociais da leitura e da escrita. A alfabetização apenas não se faz satisfatória na sociedade contemporânea, pois ela não é suficiente para inserir o indivíduo no mercado de trabalho, de torná-lo cidadão, na acepção integral do termo, pois estará excluído das benesses de consumo e, conseqüentemente, da cidadania.

O ato de ler e escrever palavras, como diria Paulo Freire, é sempre posterior à leitura do mundo, sejam os educandos crianças ou adultos. A sociedade ocidental, desde tempos remotos, apresenta a escrita como centro, deixando os que não a dominam como indivíduos de segunda categoria. Daí ser muito preocupante o fato de uma criança ou adolescente freqüentar a escola mais de oitos anos seguidos e sair sem domínio dessa habilidade.

O letramento leva o indivíduo a diferentes lugares, a partir do cotidiano dele, e não se realiza apenas no âmbito escolar, de maneira formal. Assim, percebemos que o letramento é uma condição, ou seja, um estado que envolve o indivíduo, que poderá ter muito mais facilidade de lutar por seus direitos sociais.

Existe a necessidade de reavaliar os métodos educacionais, aí incluídos os materiais didáticos, pois o modelo de escola que temos hoje, sobretudo para as os alunos localizadas em comunidades carentes, não são capazes de inseri-los no mundo das letras. Não estamos falando de erudição, mas em capacidade de fazer os usos sociais da escrita e da leitura para a vida cotidiana.

A escola funciona mal, os professores ganham mal, trabalham mal e não se atualizam. Os alunos fazem de conta que estudam, quando na realidade o processo de aprendizagem não

está acontecendo. A sociedade não apenas sofre a crise da educação, ela também produz e a reproduz, com o seu desânimo e falta de intervenção. A escola, enquanto instituição tem uma grande responsabilidade, isto é, sua inércia e falta de perspectiva retumba na sociedade de forma negativa. Na verdade, ela é o lugar de “reprodução das desigualdades sociais, das desigualdades de gênero e raça, da produção da pobreza e da exclusão. (SCHILLING, 2004. p.61).

A instituição escola só dará um salto quando conseguir estabelecer uma relação profunda entre educadores e educandos, pois é na relação entre estes dois pólos que aparecem as perguntas, dúvidas, sonhos, desejos. O educador, baseado no conhecimento científico somado ao seu conhecimento vivencial, poderá contribuir com a redefinição de trajetórias de vidas, e possibilitar aos alunos a formação de consciência crítica.

Segundo a Lei e Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, a educação básica deve fornecer condições aos educandos, em sua formação, para que possam exercer a cidadania de forma satisfatória. Conforme está escrito no artigo 22:

Art. 22º. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Conforme a LDB, a escola tem por função preparar o indivíduo para o exercício da cidadania, de modo que este possa dar respostas às demandas colocadas pela sociedade, fazendo com que este consiga romper as desigualdades apresentadas no decorrer de sua trajetória. Para isso, ele precisa saber ler a “letra” e, obviamente, o “mundo”.

Sabe-se que a escola tem adquirido funções complementares na sociedade que não faziam parte de suas tarefas, o que a transforma em uma instituição de múltiplas funções, impedindo-a, muitas vezes, de cumprir o seu papel central, que é alfabetizar, letrar e preparar o indivíduo para o exercício da cidadania. Adiciona-se a isso também a falta de investimentos públicos para instalações físicas e pagamento de salários justos aos professores.

A crise econômica e as alterações no mundo do trabalho incidem diretamente sobre as atribuições que articulavam os projetos populares de acesso ao sistema escolar. A escola, sobretudo, para a geração atual, desejosa de ter acesso aos padrões de consumo de massas, não aparece como canal seguro de mobilidade social ascendente para os mais pobres. Assim, uma profunda crise da eficácia socializadora da educação escolar ocorre nesse processo de mutação da sociedade brasileira, que oferece caminhos desiguais para a conquista de direitos no interior da experiência democrática. (SPOSITO, 2001. p. 99).

Enquanto os países centrais desenvolvem sofisticadas tecnologias, no Brasil ainda temos problema com a alfabetização das crianças, sem falar no analfabetismo dos adultos,

conforme dados apresentados na pesquisa do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional, INAF:

Apenas 26% da população brasileira de 15 a 64 anos é plenamente alfabetizada. Três quartos da nossa população não seriam capazes de ler e compreender um texto. (...) Na outra grande área do conhecimento, a matemática, a situação é igualmente desoladora: só 23%, segundo o mesmo INAF, conseguem resolver um problema matemático que envolva mais de uma operação, e apenas esse mesmo grupo tem capacidade para entender gráficos e tabelas. (IOSCHPE, 2006, p.104).

Tais dados proporcionam uma melhor compreensão da atual conjectura educacional no Brasil, evidenciando um fato que já faz parte do senso comum, isto é, nem todos têm acesso à educação. Mas esta realidade não é nova, ela se arrasta e perpassa os anos, como relata a Avaliação Nacional da Educação Básica, ANEB:

O SAEB (agora ANEB), teste bianual do MEC que mede a qualidade da educação da 4ª, 8ª e 11ª séries, mostra não apenas a situação desesperadora de nosso ensino - na 4ª série, por exemplo, 55% do alunado estavam em situação crítica ou muito crítica na área de leitura e só 5% tinham desempenho adequado - mas o que é pior desde a primeira edição, em 1995, os resultados médios só caem, tanto em português quanto em matemática (afora uma pequena subida em 2003, mas dentro da margem de erro). (IOSCHPE, 2006, p.104).

Este processo retrógrado pode significar um retrocesso social incomensurável. O resultado é um aluno que sai do ciclo inicial, sem a menor condição de progredir na vida escolar. Mesmo que entenda aquilo que lhe for ensinado, não terá domínio suficiente da linguagem para exprimi-lo em uma prova. Assim, o retrato típico do aluno é alguém que vai repetindo o ano, progredindo aos “trancos e barrancos”.

De acordo ainda com as palavras de IOSCHPE, publicadas na revista *Veja* em 2006 (o quadro de lá para cá alterou muito pouco), praticamente dois terços dos alunos estão defasados, cursando uma série destinada a pessoas de menor idade. Aqueles que chegam ao ensino médio (o antigo 2º grau) são poucos. Ele complementa dizendo que apesar da peneira do sistema - temos 5,7 milhões de alunos na 1ª série do ensino fundamental e só 2,4 milhões na última série do ensino médio -, o que nos leva a concluir que mesmo os que ficam têm desempenho muito fraco.

Com essa qualidade sofrível, a educação brasileira acaba não preparando para o mundo do trabalho formal, que exige capacidade de leitura em sentido pleno, restando aos

excluídos apenas o trabalho informal, que também, para ser bem sucedido, exige conhecimentos escolares.

Apenas ocorrerão mudanças concretas no contexto social, se antes forem experimentadas mudanças nas condutas diárias das autoridades educacionais, de professores, alunos e da sociedade. Conforme Paulo Freire (2006, p.98), “a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento.” Ou seja, sem o ensino da leitura e da escrita na escola será cada vez mais difícil formar cidadãos críticos, com capacidade para desmascarar, como diria Freire, a ideologia dominante.

A desigualdade social é fruto da concentração excessiva da renda produzida no país e, porque não dizer no mundo, já que a riqueza está concentrada na mão de grandes grupos internacionais. A desigualdade é uma manifestação da violência estrutural, servindo como pano de fundo, sobre o qual se expressam outras formas de violência: intrafamiliar, comunitária, escolar e institucional. A desigualdade social produz um elevado grau de vulnerabilidade em milhões de indivíduos, situados em famílias com renda mínima, insuficiente para uma vida digna. Os indivíduos vivem, em intensidade variada, um processo de exclusão social.

Outras tantas dimensões da vida humana são afetadas pela exclusão. Numa família sem capacidade de provimento, multiplica-se o grau de pauperização e facilita-se a inserção em trabalhos ilegais e a “opção” por alternativas infracionais para garantir a sobrevivência. Os indivíduos pobres não apenas convivem com a invisibilidade e a imanência da pobreza, mas se deparam com os estigmas que lhes são impostos e com os espaços sociais que lhes são reservados. É uma tarefa espinhosa para os excluídos conseguir pensar criticamente seu lugar numa sociedade, tão desigual e romper com as barreiras quase “deterministas”, apesar do apregoamento da mobilidade social no mundo capitalista.

Desde cedo, os indivíduos pobres vivenciam a ausência dos direitos sociais básicos de habitação, alimentação, escolarização, profissionalização e do respeito às diferenças raciais, sociais e de gênero. Ao invés de políticas voltadas para os interesses do povo, de uma educação de qualidade, o que temos são políticas assistencialistas, que só fazem aumentar a pobreza e a desigualdade social, permitindo a perpetuação da exclusão social.

nessas sociedades em tempos de “globalização”, “mundialização”, “sociedade pós-industrial”, “pós-modernidade”, “modernidade radical”, não se supõe a existência de uma igualdade de acesso a novos bens ou

possibilidade ou às novas possibilidades. (SCHILLING, 2004, p.17).

O fato é que no atual estágio do capitalismo e da sociedade tecnológica, as desigualdades tendem a aumentar. Não há postos de trabalho formal para todos os trabalhadores ou jovens em idade laboral. A disputa por uma vaga é sempre muito acirrada. Se a educação pública básica não prepara os filhos dos trabalhadores para o mercado de trabalho, restarão a estes apenas o trabalho informal, ou quando muito os postos subalternos de trabalho.

Mesmo a partir de uma análise superficial, percebe-se que existem várias fatores que promovem o não alfabetismo e o não letramento, mas a ausência de renda mínima é um dos fatores desencadeadores da situação de exclusão e o mais perverso deles. Daí deriva a condição de não cidadania por ausência de direitos sociais básicos. A falta de políticas públicas, inclusive, é que faz perpetuar a prática odiosa que é o assistencialismo, desenvolvido por políticos ou por instituições da sociedade civil em forma de caridade.

Tendo em vista o fato de comunidades carentes serem constituídas por indivíduos, pertencentes à classe trabalhadora, nem sempre empregada em ofícios formais, por falta de condições de competir no mundo do escasso emprego, conforme já assinalamos, é que muitas instituições, mormente do terceiro setor se dedicam a projetos de educação não formal, voltados para jovens e adultos. É o caso do projeto “Letraguia” desenvolvido com um grupo de mulheres da comunidade da Maré, pela UNISUAM, em parceria com a ONG “Asas”.

O Projeto “Letraguia” encontra-se em funcionamento desde o início de 2011, surgiu da necessidade de instrumentalizar as participantes da ONG, mulheres artesãs, todas numa faixa etária acima de 40 anos, no sentido de dotá-las de conhecimentos de leitura e escrita e de instrumentos de gestão, para que possam gerir o empreendimento de produção de artesanatos, viabilizado pelo Mestrado em Desenvolvimento Local da UNISUAM, desde 2006.

O complexo da Maré é um dos conjuntos de favelas do Rio de Janeiro, localizado na Zona da Leopoldina, com um quantitativo populacional bastante significativo. E como em outras regiões periféricas do município do Rio de Janeiro, entre os seus moradores, encontram-se um número expressivo de migrantes de regiões rurais e pequenas do interior do Brasil, que trazem de sua terra natal traços marcantes de sua cultura original no que diz respeito ao cultivo e o uso das plantas medicinais.

Obviamente que a dificuldades dessas pessoas, quase sempre analfabetas, ou com pouca instrução, sobretudo a partir de certa idade, de se inserirem no mercado de trabalho formal é muito grande. Tendo em vista esta realidade, é que o Mestrado em Desenvolvimento Local da UNISUAM, em parceria com a ONG “Asas” busca viabilizar projetos de geração de renda no Complexo da Maré e

em outras comunidades do entorno da universidade. O projeto “Cheiro de Vida” é um deles. Congrega mulheres artesãs que, além de sachês e máscaras relaxantes produzidos a partir da utilização de plantas medicinais, também produzem sacolas de juta, aventais, enfeites, entre outros objetos.

Já o projeto “Letraguia” é um projeto de “letramento”, na acepção que Magda Soares dá ao termo. E está no âmbito do que Maria da Glória Gohn (2006) denomina de educação não formal. Surge da necessidade de contribuir com o grupo na gestão dos empreendimentos, realizados em parceria entre a UNISUAM e a ONG Asas. Observou-se uma grande dificuldade das artesãs em controlar estoque e mesmo as encomendas de produtos, de preencher formulários, em escrever cartas solicitando algo, ou apresentando os artigos produzidos pelo grupo a possíveis compradores, exatamente em razão da pequena ou quase nula instrução, ou ausência de letramento.

A educação formal, segundo Maria da Glória Gohn (2006) é um tipo de educação organizada com uma determinada sequência prévia e proporcionada pela escola, enquanto a educação não formal, embora respeite uma estrutura e uma organização, sua preocupação é com a mudança ou transformação social. Normalmente, a educação não formal constitui-se em uma intervenção militante dos movimentos sociais, visando à melhoria das condições de vida de grupos marginalizados das benesses econômicas do mundo atual.

Ainda, de acordo com Maria da Glória Gohn (2006, p.32), resumidamente, pode-se enumerar os objetivos da educação não-formal como sendo:

- a) Educação para cidadania; b) Educação para justiça social; c) Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais, etc.); d) Educação para liberdade; e) Educação para igualdade f) Educação para democracia; g) Educação contra discriminação; h) Educação pelo exercício da cultura, e para a manifestação das diferenças culturais.

Segundo Brandão (*apud* ADANS, 2003, p. 213), a educação popular, como prática socioeducativa, se propõem a contribuir nos processos de emancipação social e tem como trabalho a não transmissão, mas “a produção do conhecimento, a defesa de uma educação para a liberdade, pré-condição da vida democrática”

Conforme argumenta Magda Soares, “o letramento não é pura e simplesmente um conjunto de habilidades individuais; é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e a escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social”. (1998, p.72). O letramento vai além da leitura e da escrita, ele permite aos indivíduos a inclusão social e até mesmo a emancipação, sem perder de vista, obviamente, as dificuldades colocadas hoje para os excluídos no mundo dito globalizado.

Vygotsky (*apud* REGO, 2010, p. 68) assegura que “não é somente através da aquisição da linguagem falada que o indivíduo adquire formas mais complexas de se relacionar com o

mundo que o cerca. O aprendizado da linguagem escrita representa um novo considerável salto no desenvolvimento da pessoa”. Acrescentamos às palavras do pensador, que a aquisição dos usos sociais da leitura e da escrita (o letramento) é fundamental ao indivíduo no mundo tecnológico em que vivemos, seja através da educação formal ou não formal e que a escola não é o único espaço em que a educação ocorre, nem o professor é seu único agente.

O Projeto “Letraguia”, desenvolvido em parceria com “Projeto Cheiro de Vida” e a ONG “Asas”, na comunidade da Maré, tem como objetivo imediato proporcionar às participantes competências de gestão de empreendimentos de geração de renda. Mas conforme Gohn, o acesso à educação (no caso do “Letraguia” à educação não formal), representa, para além de facilitar o acesso à renda, educação para os direitos, contra a discriminação, pelo exercício e manifestação da multiplicidade de expressões culturais.

O projeto prevê ainda contribuir para que seus participantes olhem através da vidraça e possam ler o mundo que vivemos, e a partir da leitura deste mundo participar da construção de novas realidades em que se privilegie o fim da exclusão social.

REFERÊNCIAS:

ADAMS, Telmo. *Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado*. Aparecida: Idéias & Letras, 2010.

FREIRE, P. *Educação como prática para liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática docente*. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

GENTILI, Pablo. *A falsificação do consenso: Simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOHN, M. G. “*Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas*”. Artigo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>>. Acesso em 17-10-2011.

IOSCHPE, Gustavo. “Falência da educação brasileira”. Revista *Veja*. São Paulo, ano 39, n. 29, p. 104-105, 26 jul. 2006a.

SCHILLING, Flávia. *A sociedade da Insegurança e a Violência na Escola*. São Paulo: Moderna, 2004.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Educação e Pesquisa*, São Paulo: USP, v. 27, n. 1, p. 87-103, jan./jun. 2001.

REGO, Teresa Cristina. *Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.